

A partir de 16 de Outubro de 2003 passou a exercer o cargo de delegada da Inspeção-Geral do Trabalho na Delegação de Faro.

Formadora nos estágios de formação inicial para a carreira de inspector do trabalho, no curso para a intercomunicabilidade entre as carreiras de inspector do trabalho e nas sessões de preparação sobre o Código do Trabalho.

Orientadora pedagógica na fase de formação em exercício do estágio de formação inicial para inspectores do trabalho.

Membro de vários grupos de trabalho entre os quais são de destacar o grupo de trabalho *ad hoc* para reformulação do plano de estágio para inspectores do trabalho, o subgrupo de coordenação pedagógica do estágio para ingresso na carreira de inspeção superior e o grupo de trabalho do Código do Trabalho — GTCOD.

Representante da Inspeção do Trabalho Portuguesa no Comité dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho a Nível Europeu como membro do grupo de trabalho «Enforcement».

Membro da comissão mista de acompanhamento do acordo de intercâmbio de informação e cooperação entre a Inspeção-Geral do Trabalho Portuguesa e a Inspeção do Trabalho e Segurança Social de Espanha.

Apresentou várias comunicações em seminários, destacando-se a comunicação sobre «Organização e duração dos tempos de trabalho» no âmbito das Jornadas do Código do Trabalho, promovidas pelo Centro de Estudos Judiciários e pela Inspeção-Geral do Trabalho.

#### Despacho n.º 26 331/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com o n.º 3, alínea c), e n.º 4 do artigo 2.º, com o n.º 2, alínea l), do artigo 5.º e com o artigo 9.º, todos do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, nomeio para o cargo de director regional de Lisboa e Vale do Tejo, em regime de comissão de serviço por três anos, o licenciado Mário Rui Almeida e Costa.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão do visado e tem ainda, como suporte, o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2007.

25 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Mário Rui Almeida e Costa, 54 anos, nascido na cidade do Porto, casado e residente em Setúbal.

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas), em 1979, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Bacharelato em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Inspector do trabalho, desde 19 de Novembro de 1979, e instrutor de processos de contra-ordenações laborais, sendo desde 2002 inspector superior principal.

Representante do IDICT/IGT em vários grupos de trabalho e projectos de cooperação com outros organismos da Administração Pública e em acções de formação ministradas a agentes de outras autoridades.

Coordenador, formador e monitor de estágios de ingresso na categoria de inspector do trabalho.

Co-autor de módulos de formação para instrutores das contra-ordenações laborais e inspectores do trabalho (metodologias de inspeção e gesto inspectivo).

Integrou e coordenou diversos grupos de trabalho e de intervenção inspectiva no âmbito do combate ao trabalho ilegal, à fraude fiscal e evasão contributiva.

Coordenou e participou em acções inspectivas e de informação, com outros sistemas inspectivos e organismos de fiscalização (SEF, ISS, DGCI, GNR e PSP).

Integrou um grupo de trabalho, juntamente com representantes do IEFP e dos parceiros sociais, com o objectivo de acompanhar a aplicabilidade do regime jurídico do trabalho temporário.

Representou o IDICT/IGT na Rede Regional para o Emprego/Península de Setúbal.

Integrou como representante da IGT, juntamente com representantes da DGEEP (JEP) e DGERT, um grupo de trabalho para proceder à análise e reformulação dos modelos de mapa do quadro de pessoal e do balanço social, face às novas disposições do Código do Trabalho e respectiva regulamentação sobre a matéria.

Participou em acções de cooperação com a Inspeção do Trabalho da República Checa, com uma delegação da CGS/CEI e com a Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Orientou e coordenou estágios de formação, no âmbito do POAP/PEPAP.

Frequentou diversos cursos e acções de formação sobre diversos temas, com destaque para o direito do trabalho, condições gerais

de trabalho, segurança e saúde no trabalho, sistemas de gestão da segurança, eficácia pessoal na gestão, direito de mera ordenação social e o Novo Sistema de Avaliação de Desempenho.

Frequentou um Seminário de Alta Direcção — Lei n.º 2/2004, realizado em 2004 pelo Instituto Nacional de Administração.

Funções dirigentes — desde 12 de Janeiro de 2004, delegado do ex-IDICT/IGT, em Setúbal.

Desde 23 de Julho de 2007, tem também a seu cargo a coordenação e gestão da delegação do ex-IDICT/IGT, em Almada. De 18 de Abril de 2005 a 16 de Agosto de 2005, teve também a seu cargo a coordenação e gestão da subdelegação do ex-IDICT/IGT no Barreiro. De 6 de Junho de 2000 a 11 de Janeiro de 2004, delegado do ex-IDICT/IGT, em Almada.

#### Despacho n.º 26 332/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 12.º e do n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 211/2006, de 27 de Outubro, com todas as alterações em vigor, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, é nomeada, em regime de comissão de serviço, para o cargo de subinspectora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho a licenciada Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar.

A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão da visada e tem, ainda, como suporte o respectivo currículo, em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

#### ANEXO

##### Nota curricular

Isabel Maria Canha Delgado Figueiredo Vilar, casada, 53 anos, licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Económicas). Directora de serviços de Apoio à Gestão da Inspeção-Geral do Trabalho, desde 13 de Outubro de 2005, competindo-lhe a gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais. Iniciou funções públicas em 5 de Outubro de 1980 no então Ministério da Educação e Cultura como docente do ensino secundário (7.º grupo). Assistente de 2.ª classe na Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho (de Outubro de 1985 a Novembro de 1989) e assistente de 1.ª classe a partir de 27 de Novembro de 1989. Colocada na Inspeção-Geral do Trabalho, no Centro Coordenador Regional do Centro da IGT, a partir de 16 de Outubro de 1989, passando a realizar auditorias internas aos serviços da IGT/IDICT.

Integrada no Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho com a categoria de técnico superior de 1.ª classe e promovida à categoria de técnico superior principal, por despacho de 18 de Abril de 1994.

Colocada na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão do IDICT, a partir de 31 de Julho de 1996. Requisitada para a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ), com efeitos a 15 de Janeiro de 2001, e, em 30 de Março de 2001, transita para a carreira de inspector superior, sendo integrada na categoria de inspector superior do quadro da IGSJ. Transferida para o quadro de pessoal de inspeção do IDICT, com efeitos a 20 de Maio de 2002, e nomeada na categoria de inspector superior principal do quadro de inspeção do ex-IDICT, com efeitos reportados a 1 de Abril de 2004. Directora de serviços de Administração e Gestão da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, de Abril de 2001 a Outubro de 2005. Monitoragem de estágios e cursos de formação profissional no âmbito do direito do trabalho, direito administrativo e regime da função pública. Técnica executora de acções do «Projecto integrado de inspeção e segurança no trabalho», realizadas na República Popular de Angola, no âmbito do acordo de cooperação com os PALOP (1997 e 1998). Membro de júris de concursos de pessoal e para cargos dirigentes. Integração em vários grupos de trabalho designados para a preparação de auditorias internas e para a revisão das carreiras do IDICT/IGT.

Outras actividades — monitoragem de estágios e cursos de formação profissional no âmbito do direito do trabalho, direito administrativo e regime da função pública.

Formação complementar — estágio de advocacia, tendo, ainda, frequentado vários cursos de formação e participado em diversos seminários, cujos temas se relacionam com direito do trabalho, auditoria, gestão de recursos humanos, gestão financeira, contratação pública e organização do trabalho, bem como o FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública.